



ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE AQUIDABÃ

**PARECER JURÍDICO Nº 10/2018**

Consultante: Município de Aquidabã - Fundo Municipal de Assistência Social.

Assunto: Minuta de Edital e Contrato.

Objeto: Aquisição de Camisas para o Fundo Municipal de Assistência Social de Aquidabã - Sergipe - (Exclusiva para ME e/ou EPP)

**EMENTA - PARECER JURÍDICO - LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL - ANÁLISE RESTRITA AOS ASPECTOS JURÍDICOS - MINUTA EDITALÍCIA E DO CONTRATO EM CONFRONTO COM AS DISPOSIÇÕES LEGAIS.**

Cuido de análise prévia de minuta de edital e contrato destinado a aquisição de Camisas para o Fundo Municipal de Assistência Social de Aquidabã - Sergipe - (Exclusiva para ME e/ou EPP).

O parecer, portanto, está sendo proferido em cumprimento ao mandamento insculpido no artigo 38, parágrafo único, da Lei nº 8666/93, ou seja, analisará tão somente os aspectos formais do instrumento convocatório.

Impende ressaltar que a regularidade deste processo licitatório depende da fiel observância das normas legais infraconstitucionais, sem esquecer, contudo, do pleno atendimento aos princípios da legalidade, economicidade, ampla competitividade, dentre outros explícitos no artigo 3º, da Lei nº 8666/93.



ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE AQUIDABÃ

Digo isto, pois somente poderá ser tachado de regular este procedimento, acaso as etapas anteriores, cuja análise não cabe ao Jurídico imiscuir-se, tenham sido fielmente cumpridas pelos setores competentes.

Cabe alertar para a necessidade do estrito cumprimento ao disposto no artigo 3º, da Lei nº 10.520/2002, que assim preconiza:

Art. 3º A fase preparatória do pregão observará o seguinte:

I - a autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento;

II - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição;

III - dos autos do procedimento constarão a justificativa das definições referidas no inciso I deste artigo e os indispensáveis elementos técnicos sobre os quais estiverem apoiados, bem como o orçamento, elaborado pelo órgão ou entidade promotora da licitação, dos bens ou serviços a serem licitados; e

IV - a autoridade competente designará, dentre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, o pregoeiro e respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

Segundo essa linha de raciocínio, tem-se por necessário  
que:



ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE AQUIDABÃ

1. A individualização do objeto com suas especificações cabe às Secretarias respectivas;
2. No tocante à estimativa de preços, cabe ao Setor competente realizar a prévia pesquisa, encaminhando-as, já consolidadas, à Secretaria licitante;
3. Quanto à dotação orçamentária, tem-se por óbvio caber à Secretaria de Finanças informar a dotação orçamentária e reservar o saldo orçamentário suficiente para atender a esta despesa;
4. No que tange à Pregoeira, a ela cabe a preparação das minutas editalícias e contratuais, além de impulsionar o certame e decidir as questões incidentes;
5. Ao Jurídico cabe verificar a compatibilidade das minutas com a legislação em vigor.

Ante o exposto, esta Assessoria Jurídica reconhece a aptidão da minuta do edital e contrato, em seus aspectos eminentemente jurídicos, devendo o feito seguir em seus ulteriores termos, com a iniciação de sua fase externa.

**É o parecer, s.m.j.**

Aquidabã/SE, em 15 de maio de 2018.

  
**CARLOS ALBERTO DE CARVALHO SOBRAL NETO**

**OAB/SE 6408**